



Senado aprova regras para meia-entrada, que vão à sanção

Projeto limita a 40% ingressos com a metade do preço para estudantes, jovens carentes e pessoas com deficiência

Relatório por Vital do Rêgo, o substitutivo da Câmara ao PLS 188/2007 regulamenta a meia-entrada em atividades culturais e esportivas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou o resultado e registrou a presença em Plenário de estudantes, cujas entidades serão responsáveis pela emissão da carteira estudantil. Acordo viabilizado por Paulo Paim excluiu da conta dos 40% os maiores de 60 anos, já beneficiados pelo Estatuto do Idoso. **3**



Moreira Manz/Agência Senado

Vital do Rêgo (2º à esq.) relatou texto que limita a 40% a oferta de meia-entrada, cria regras para a emissão de carteiras e beneficia pessoas com deficiência

Ampliado o direito de questionar paternidade 4

Avança regulamentação de parceria entre governo e ONGs 5

Infrações de trânsito têm punição aumentada 6

Número de deputados por estado é mantido 12

Plenário confirma conselheiros da Anatel e diretor da Aneel 9



Renan (3º à esq.) acompanha lançamento com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra (E), e os senadores Moka e Flexa

Comissões ganham ambiente virtual 2

Foi lançado ontem o Portal das Comissões, que reúne em um só ambiente a agenda dos projetos em tramitação e outros aspectos do trabalho das comissões temáticas do Senado, itens que antes ficavam dispersos. Em breve, o portal transmitirá as reuniões em tempo real. **2**

Senadores veem risco de conflito com refugiados haitianos no AC 10

PEC dos Recursos está pronta para votação em Plenário 7

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13



Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraLei



Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros (D) anuncia funcionalidade de ambiente voltado às comissões na página da Casa na internet

Lançado o Portal das Comissões do Senado

Ferramenta funciona em computadores, tablets ou smartphones e agrega itens que anteriormente ficavam dispersos. Em breve, possibilitará transmissão ao vivo das sessões das comissões do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, lançou ontem o Portal das Comissões. O ambiente virtual, com a agenda dos projetos em tramitação e outros aspectos do trabalho das comissões, abriga itens que antes ficavam dispersos. O objetivo é facilitar, atualizar e modernizar as informações das comissões e subcomissões do Senado.

— No que diz respeito a esse portal, o objetivo é ambicioso, pois além de facilitar o acesso às informações que até hoje se encontravam dispersas em um labirinto de janelas, links e sistema de busca, pretendemos em pouco tempo transmitir em tempo real as audiências das comissões — explicou Renan.

O Portal das Comissões se adapta a qualquer plataforma, o que permite o acesso por computador, tablet ou smartphone. A ferramenta foi projetada para facilitar o acesso dos que necessitam

acompanhar a atividade e a votação dos projetos e relatórios das comissões e também atender pessoas que não estão acostumadas com a linguagem da atividade legislativa. Todas as informações serão atualizadas no momento em que a comissão estiver reunida.

Renan Calheiros destacou o esforço dos servidores da Casa, principalmente do Prodasen, que trabalharam no desenvolvimento do portal.

— Além de dar maior celeridade aos nossos trabalhos legislativos e, administrativamente, racionalizar nossos recursos humanos e financeiros, temos tido constantemente a preocupação de fazer uso de ferramentas capazes de aproximar ainda mais o Senado da população brasileira — lembrou Renan.

Transparência

O primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro,

acrescentou que o novo Portal das Comissões é mais um instrumento para assegurar a transparência aos trabalhos da Casa.

— Possibilita o acesso de todos os brasileiros aos trabalhos das comissões em tempo real. Isso é um avanço — disse.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, explicou que o portal é mais um passo para o processo de uma modernização mais ampla das atividades das comissões. Segundo ela, essa é uma das prioridades da Presidência do Senado.

Modernização

Renan Calheiros também anunciou ontem novos investimentos do Senado para o ano que vem. A ideia é possibilitar a transmissão digital das sessões plenárias, das reuniões de comissões e do sinal da TV Senado. Estão previstos ainda investimentos no parque tecnológico do Prodasen.

Colegiados definem análise de políticas em 2014

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para a semana que vem uma reunião com os presidentes das 12 comissões permanentes da Casa, para que eles definam quais as políticas públicas que serão analisadas por cada uma delas em 2014. Um projeto já aprovado pelos senadores determina que as comissões devem avaliar detalhadamente as políticas do governo federal.

Renan explicou que a ideia é verificar os resultados de determinadas políticas e, se for o caso, apresentar propostas para que elas possam ser aprimoradas.

— Cada comissão vai se debruçar sobre uma política pública e avaliar os resultados; ver o que está dando certo e o que precisa ser aprimorado ou emendado. Ou seja, o Congresso passa a cumprir um novo papel com relação à



Para Lindbergh, CAE poderá analisar política de desoneração do governo

fiscalização — explicou Renan.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que uma possibilidade é a CAE dedicar-se ao acompanhamento e análise da política de desoneração fiscal do governo federal. Lindbergh recordou que nos últimos anos a União deixou de cobrar impostos e reduziu

tributos de diversos setores. Ele considera compreensível o esforço do governo federal para criação de um clima de crescimento econômico e de geração de novos empregos.

— Mas a gente tem que medir para ver se todo esse dinheiro a que o governo renunciou com as desonerações foi, de fato, investido no crescimento ou se virou apenas o aumento da margem de lucro das empresas — alertou o senador.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que a comissão vai analisar o Fundo Nacional de Segurança Pública. Esse fundo foi criado para apoiar projetos na área de segurança pública e prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do governo federal.

Avaliação de mudanças no regimento começa na terça-feira

O senador Lobão Filho (PMDB-MA) informou que na terça-feira apresentará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório que fez com propostas de modificações no Regimento Interno do Senado. O presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), explicou que as alterações são necessárias para que o regimento acompanhe as mudanças ocorridas na Casa.

Uma prioridade, de acordo com o senador Lobão Filho, é a adequação do regimento ao texto constitucional que

acabou com a votação secreta para a cassação de parlamentares. No entanto, o senador disse que vai manter nas determinações regimentais as votações secretas para a escolha da Mesa do Senado Federal e das comissões da Casa.

— Estou mantendo as eleições secretas da forma como é hoje, porque acho a mais correta. Se alguém pensar diferente, pode apresentar uma emenda para ir a voto — disse.

A reforma no regimento, segundo Lobão Filho, só deve ser concluída em 2014.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Criação de órgãos**
14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta que determina que a criação e a extinção de órgãos, ministérios ou entidades da administração pública deverão ser feitas por lei complementar.
- PRESIDÊNCIA Henrique Alves**
11h Renan Calheiros recebe o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e o deputado Cândido Vaccarezza; às 12h, o presidente da comissão especial de juristas que trata da reforma da Lei de Execução Penal, Sidnei Beneti, para entrega de relatório; às 15h30, o presidente do TCU, Augusto Nardes, para entrega do relatório de Auditoria de Governança de Pessoal e apresentação do Programa FISC-Cultura; às 16h, preside a ordem do dia.
- CRA Lavoura do café**
7h45 Audiência da Comissão de Agricultura sobre a política para recuperação da lavoura do café, em razão de geadas ocorridas no Sul, que dizimaram cafezais no Paraná e outros estados produtores.
- CDH Integração na sociedade**
8h A pessoa com deficiência e os desafios da integração na sociedade em debate na Comissão de Direitos Humanos. Entre os participantes, o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antonio José Ferreira.

- CDR Preservação de Brasília**
9h Debate sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, com a participação de Jurema Machado, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
- LEI DE LICITAÇÕES Relatório final**
9h Apresentação do relatório final da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.
- CCJ Ministras Gleisi e Miriam**
9h30 Audiência para instruir a chamada PEC dos Soldados de Borracha conta com a participação das ministras da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Planejamento, Miriam Belchior, entre outros.
- CRE Mianmar, Cuba e Unesco**
10h Analisa as indicações de Alcides Prates para a embaixada em Mianmar e de Cesario Melatonio Neto para a de Cuba, além de Eliana Zugaib para a Unesco.
- GRÁFICA 50 anos da Gráfica**
10h Missa em ação de graças pelos 50 anos da Secretaria de Editoração e Publicação do Senado Federal, no pátio interno da Segráf.
- PESSOA COM DEFICIÊNCIA Aventura**
15h Palestra no Auditório Antonio Carlos Magalhães com Weimar Pettengill, que fez uma aventura ao Pantanal com o deficiente visual Adauto Belli.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h45**, audiência pública da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** e, às **9h30**, audiência pública da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta, que vai à sanção, beneficia estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de baixa renda e restringe confecção da carteira estudantil a entidades do setor

Senado aprova regras para meia-entrada

OS SENADORES APROVARAM ontem o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado (PLS 188/2007) que regulamenta o benefício da meia-entrada em salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento. A matéria segue para sanção presidencial.

Ao final da votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comemorou o resultado, elogiou os autores e relatores da proposta e registrou a presença, em Plenário, das presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubés), Manuela Braga, que estavam acompanhadas de vários estudantes.

Uma das polêmicas era a responsabilidade pela emissão das carteiras, que permaneceu restrita a entidades estudantis.

A maior novidade é a inclusão de pessoas com deficiência entre os beneficiários. O projeto também contempla estudantes, jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos e idosos — todos já beneficiados por legislações anteriores.

A concessão da meia-entrada é limitada a 40% dos ingressos disponíveis e não se aplica aos eventos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016.

O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), acolheu sugestão



Estudantes e pessoas com deficiência acompanham votação: meia-entrada para 40% dos ingressos de espetáculos

de Paulo Paim (PT-RS) para excluir pessoas com 60 anos ou mais do cálculo dos 40%. Paim observou que limitar a meia-entrada poderia prejudicar os idosos, que têm o direito assegurado no Estatuto do Idoso. O texto original, dos então senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, citava apenas estudantes e idosos. A Câmara incluiu pessoas com deficiência e jovens de baixa renda, mesmo fora do sistema educacional. No caso das pessoas com deficiência, a meia-entrada poderá ser concedida ao acompanhante.

Carteira

Para terem direito ao benefício, os estudantes devem portar a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) emitida por entidades estudantis. Os jovens carentes terão de

comprovar essa condição por meio da inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A confecção da CIE deverá seguir modelo único nacional disponibilizado pelas entidades estudantis e mediante certificação digital pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). A carteira deverá ser renovada a cada ano, e 50% das características podem ser locais.

Poderão emitir o documento a UNE, a Ubés, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e entidades locais filiadas a elas, além dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e dos Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs).

Vital do Rêgo disse que a regulamentação “é desejada há muitos anos”, principalmente

devido à falta de fiscalização das carteiras estudantis. Há alguns anos, disse, um espetáculo vendia até 40% dos ingressos como meia-entrada mas, com a proliferação do documento, essas passaram a responder por até 85% do total de ingressos. Com isso, os produtores culturais transformaram a meia-entrada em ficção, pois o preço cobrado geralmente é o preço da inteira, ficando o ingresso comum com o dobro do preço justo.

— Todo mundo emite carteira. Temos quase que a totalidade das pessoas com carteiras. Essa lei será um salto muito grande para a garantia de direitos e para o planejamento da produção cultural. Agora temos uma lei que regula a meia-entrada — afirmou.

O relator registrou ainda que a aprovação da proposta só foi

possível após ampla negociação com lideranças partidárias e representantes de grupos estudantis, do setor cultural e de grupos de defesa dos idosos. Ele disse acreditar que a proposta vai proporcionar a redução do preço de ingressos para eventos e espetáculos ao disciplinar a meia-entrada e as carteiras estudantis.

O projeto também prevê que o benefício não será cumulativo com “quaisquer outras promoções e convênios” e também não se aplica ao valor de serviços adicionais como “camarotes, áreas e cadeiras especiais”. As produtoras deverão disponibilizar o número de ingressos e o de meias-entradas em todos os postos de venda, “de forma visível e clara”. Se os ingressos para meia-entrada esgotarem, a produtora também terá de divulgar o fato de maneira clara.

A proposta prevê ainda sanções às entidades que emitirem carteiras estudantis de maneira irregular ou fraudulenta: multa, suspensão temporária ou perda definitiva da autorização.

Também apoiaram o projeto os senadores Mário Couto (PSDB-PA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Wellington Dias (PT-PI), Gim (PTB-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Benedito de Lira (PP-AL), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Eduardo Braga (PMDB-AM), entre outros.

Governo e oposição negociam 50 itens do Plano de Educação

Mais de 50 das 101 alterações no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) feitas pelo relator na Comissão de Educação (CE), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), são objeto de discordância entre governo e oposição. Para tentar contornar as divergências, líderes partidários se reuniram ontem na Presidência do Senado.

Segundo Alvaro Dias, governistas e opositores buscam encontrar um texto mais afinado até sexta-feira, fim do prazo para apresentação de emendas. O parlamentar confirmou que o PNE (PLC 103/2012) deve ser votado no Plenário na quarta-feira, quando a ordem do dia deverá ser antecipada para 14h, a fim de garantir mais tempo para discussão da matéria.

— Vamos reunir agora as assessorias para verificar quais são os pontos e depois tentar um entendimento para reduzir as discordâncias e

evitar um grande número de destaques no dia da votação do Plenário — explicou.

Uma das divergências mais agudas, e que dificilmente encontrará consenso, segundo Alvaro Dias, está relacionada à Meta 4, que visa garantir o acesso à educação básica para os estudantes com deficiência (os alunos especiais) de 4 a 17 anos. O senador resgatou na CE os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) às instituições que oferecem ensino especial (como substitutas da escola regular). Na versão aprovada pela CCJ, esses repasses seriam encerrados em 2016.

Outro ponto que divide governo e oposição são os mecanismos de responsabilização para garantir cumprimento das metas do PNE. Entre eles, o envolvimento dos Tribunais de Contas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Anibal Diniz pede aos senadores que reflitam antes de votar PNE

Anibal Diniz (PT-AC) disse anteontem que o Plano Nacional de Educação (PNE), principalmente em relação à Meta 4, sobre educação inclusiva, não pode ser votado apressadamente, como ocorreu, em sua avaliação, quando da votação na Comissão de Educação.

Ele pediu aos senadores que reflitam para encontrar a redação que possibilite mais igualdade e pluralismo para as crianças com deficiência.

— O esforço tem que ser empreendido no melhor dos sentidos para que a gente garanta a inclusão plena de todos os alunos. O objetivo da comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é provocar a reflexão sobre as questões relacionadas à deficiência e buscar a inclusão dos deficientes na sociedade. E uma das principais lutas é justamente pela educação inclusiva — afirmou o senador.

Anibal lembrou que o atendimento às pessoas com qualquer tipo de deficiência na rede pública não pode se opor a atuação de entidades que oferecem ensino especial.

Para ele, o Senado não pode retroceder em relação ao tema e deve, portanto, dar uma atenção especial à Meta 4 a fim de evitar qualquer tipo de segregação entre os alunos.



Moneira Mantz/Agência Senado

Oswaldo Sobrinho aponta baixa qualidade do ensino no Brasil

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) apresentou terça-feira os resultados dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa). O exame avalia estudantes de 15 anos em matemática, leitura e ciências. Apesar de a média de desempenho, entre 2003 e 2012, ter passado de 356 para 391 pontos, o Brasil ocupa a 58ª posição entre os 65 países.

— Ainda assim, ficamos com duas posições a menos do que em 2009 e continuamos atrás de outros países latino-americanos, como o México, Uruguai e Costa Rica. Estamos à frente apenas da Argentina, Colômbia e Peru.

Para Sobrinho, esses resultados refletem uma quase sabotagem por que passa a educação. Ele advertiu que o país não pode comemorar enquanto vê a educação escorregar “ralo abaixo”.

— Sabemos que a educação é uma coisa séria. Sabemos da gigantesca e quase impagável dívida do Estado para com todos nós, cidadãos, nesta área vital do desenvolvimento — afirmou.

O senador também lamentou a morte do ex-governador de Sergipe, Marcelo Déda, lembrando que foram colegas na Câmara.

— Um homem íntegro, lutador, convicto daquilo que falava. Uma pessoa que marcou época — destacou.



Moneira Mantz/Agência Senado

Homens poderão ter o direito de contestar paternidade ampliado

Proposta aprovada pela CCJ modifica o Código Civil para instituir o direito de questionar a paternidade de filho gerado fora do casamento

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) concluiu ontem a votação do substitutivo que amplia o direito de contestação à paternidade, ao estender a todos os pais o direito de fazê-lo, a qualquer tempo, mesmo que a filiação questionada decorra de relações que não a do casamento. Atualmente, o Código Civil (Lei 10.406/2002) só garante o direito de contestação aos pais casados e apenas na época do registro da criança.

A proposta (PLS 455/2011), do senador Pedro Taques (PDT-MT), havia sido aprovada na semana passada. Como se tratou de substitutivo, sugerido pelo relator, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), houve necessidade de votação suplementar. Agora a matéria deve seguir para a Câmara.

Contestação

Eduardo Lopes explicou que resolveu elaborar um substitutivo para assegurar a possibilidade de contestação tanto em relação à paternidade



Laboratório de análises clínicas no Paraná: projeto altera Código Civil para evitar interpretações diferentes na Justiça

presumida (quando o suposto pai se recusa a fazer exame de DNA) quanto à decorrente de reconhecimento expresso.

De acordo com o senador, deve prevalecer o direito de questionamento em todas as situações e não apenas no casamento. Ele lembra que o exame de DNA hoje permite aferir a paternidade com praticamente 100% de certeza e considera inaceitável a

discriminação em relação a qualquer pai que tenha algum grau de dúvida sobre a filiação já formalizada em registro.

— Não é justo que, com idêntica dúvida sobre a paternidade do suposto filho registrado em seu nome, qualquer outro pai não possa contestá-la apenas pelo fato de não serem os pais casados entre si na época desse registro — argumentou Lopes. Ao justificar a proposta,

Taques observou que o Código Civil — da forma como está redigido — tem motivado interpretações diversas nos tribunais. Alguns juízes têm negado a legitimidade ativa do pai para contestar o reconhecimento da paternidade de filho gerado fora do casamento e outros reconhecem esse direito como imprescritível apenas em relação à paternidade contestada no âmbito do casamento.

Prioridade para adoção de criança com doença

A CCJ aprovou ontem projeto que garante prioridade na tramitação de processos de adoção de criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. O PLC 83/2013 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo a autora, deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), o objetivo é acelerar, na medida do possível, o andamento dos processos, o que “não significa ultrapassar etapas

ou flexibilizar procedimentos”.

A nova legislação viria a corroborar prática que já começa a se estabelecer nas instituições. O Conselho Nacional de Justiça, lembrou a autora, tem se mostrado favorável a que essas causas judiciais tenham prioridade de tramitação.

Durante a discussão na Câmara dos Deputados, o supervisor Walter Gomes, da área de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, elogiou a proposição. Ele mencionou

que em torno de 10% das crianças e adolescentes que aguardam adoção no Brasil são portadoras de algum tipo de doença. Ao mesmo tempo, 90% das famílias habilitadas para a adoção pleiteiam crianças saudáveis. Os dados revelam a dificuldade dessas crianças para serem acolhidas em um lar, por isso a prioridade na conclusão do processo é de suma importância.

Para a relatora na CCJ, Lúcia Vânia (PSDB-GO), a iniciativa beneficiará muito as crianças

e os adolescentes com deficiência ou portadores de doença crônica, que poderão usufruir, em regime de prioridade, da convivência com uma nova família socioafetiva. Ela apresentou emendas para ajustar o texto.

— Acredito que um projeto dessa natureza é importante. Faço aqui uma homenagem àqueles que lutam para que o deficiente tenha uma política inclusiva e seus direitos assegurados — declarou a senadora.

Vai a Plenário assistência odontológica a internados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) rejeitou ontem emenda de Plenário que restringia o alcance do projeto que obriga a prestação de assistência odontológica a pacientes internados.

O projeto (PLC 34/2013) torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes internados em hospitais públicos ou privados de médio ou grande porte e aos pacientes em regime de internação domiciliar, bem como a portadores de doenças crônicas, internados ou não.

O texto já havia sido aprovado em caráter terminativo na CAS, em outubro, mas recebeu recurso para exame pelo Plenário, onde foi apresentada emenda que limita



Relator, Souza rejeitou emenda que limitava alcance da proposta

a assistência odontológica a pacientes que, conforme avaliação, apresentem problema de saúde bucal.

O relator da matéria, Sérgio Souza (PMDB-PR), rejeitou a

emenda por considerar que os cuidados de saúde bucal devem ser prestados a todos os pacientes internados para prevenir problemas advindos da dificuldade de higiene bucal.

“Os cuidados de saúde bucal são importantes para prevenir complicações como infecções da cavidade oral e do trato respiratório. Embora em alguns casos os cuidados sejam curativos, na maioria das vezes são preventivos”, frisou o relator, em seu parecer.

A matéria retorna para deliberação final do Plenário.

Debates

Na reunião, foi aprovado requerimento de Paulo Paim (PT-RS) para realização de audiência pública sobre o

direito à saúde e à alimentação escolar, em conjunto com as comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH).

Também foi acolhido requerimento de Paim para realização de debate sobre o Exame de Ordem realizado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O senador sugere que sejam convidados o ministro da Educação, Aloizio Mercadante; o presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; e o presidente do movimento Brasil dos Bacharéis e Acadêmicos em Direito, Carlos Antonio Schneider, entre outros convidados.

Ainda não foram marcadas as datas das audiências públicas.

Raupp elogia sanção da aposentadoria especial a deficientes

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou em Plenário, ontem, a assinatura, pela presidente Dilma Rousseff, do decreto que regulamenta a aposentadoria especial para pessoas com deficiência. A iniciativa do Congresso, salientou Raupp, deve beneficiar cerca de 14% da população brasileira, que tem algum tipo de deficiência. Para o senador, a lei é prova de que o Parlamento brasileiro é “sensível às demandas da sociedade”:

— O papel do Parlamento, de qualquer parlamento do mundo, não se esgota na produção legislativa. O Congresso tem também o dever de colocar temas em discussão, servir como fórum de questões pertinentes à nossa vida política e social.



Valdir Raupp frisa que a nova lei deve beneficiar 14% da população

Legislação deve defender direitos, alerta Lúcia Vânia

Em pronunciamento ontem, Lúcia Vânia (PSDB-GO) enumerou conquistas das pessoas com deficiência nas áreas de educação, trabalho e acessibilidade, como a aprovação do regime especial de aposentadoria.

A senadora ressaltou, porém, que é preciso impedir o fim das escolas especiais e das associações de assistência aos deficientes, com o corte de repasses previsto inicialmente no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela lembrou que apresentou emendas para garantir a continuidade desse direito no texto da proposta.

— Alerto para a necessidade de continuarmos legislando com muita sensibilidade em favor das pessoas com deficiência. Para que elas tenham direitos, não caridade — disse.



Senadora defende manutenção de repasses às escolas especiais

Substitutivo de Rodrigo Rollemberg aprovado em 1º turno na CCJ inclui sugestões recebidas da sociedade e de representantes do governo, além de órgãos de controle



Autor da iniciativa, Aloysio Nunes Ferreira (E, com Alvaro Dias) inspirou-se nas recomendações da CPI das ONGs

Avança regulação de parcerias entre governo e sociedade civil

UM MARCO LEGAL para enquadrar as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, como ONGs e Oscips, foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ainda terá que ser votado em turno suplementar. O autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), inspirou-se nas recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs para elaborar o projeto (PLS 649/2011), que foi relatado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

— A partir da aprovação dessa matéria, teremos um marco regulatório para que as organizações da sociedade civil possam continuar a desenvolver o seu trabalho, da maior importância para o país — declarou Rollemberg.

A proposição estabelece normas gerais para licitações e contratação entre entidades sem fins lucrativos e a administração pública direta,

autarquias e fundações da União, estados, Distrito Federal e municípios. O relator optou por um substitutivo para incluir sugestões recebidas da sociedade e de representantes do governo, além de órgãos de controle.

Entre outras medidas, o texto determina que sejam publicados pela administração pública, no início de cada ano civil, os valores aprovados na lei orçamentária vigente para ações que poderão ser executadas por meio de parcerias com o terceiro setor.

Para firmar as parcerias, os gestores serão obrigados a realizar um chamamento público das organizações da sociedade civil. O procedimento deverá observar princípios como isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e proibição administrativa, além da obediência ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

O edital do chamamento público deverá especificar, entre outras exigências, a comprovação de pelo menos três anos de existência da ONG, experiência prévia na realização do objeto da parceria e capacidade técnica e operacional.

O texto prevê dispensa do chamamento em quatro situações: paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública, proteção a pessoas ameaçadas e continuidade de colaboração ininterrupta há pelo menos cinco anos, com prestação de contas aprovadas.

O substitutivo estabelece dois tipos de contratação entre governos e ONGs e Oscips: o termo de colaboração, quando a administração pública propõe um plano de trabalho, e o termo de fomento, nos casos em que o plano de trabalho for proposto pelas organizações da sociedade civil.

Texto tem regras para compras e remuneração de pessoal

O substitutivo estabelece regras a serem adotadas pelas organizações da sociedade civil, como ter um regulamento de compras e contratações em conformidade com princípios da administração.

O texto define as despesas que poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, como remuneração da equipe, diárias e aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Não será permitido ao funcionário próprio

da organização da sociedade civil pago com recursos da parceria acumular atividades fora das tarefas nela previstas.

O texto fixa impedimentos para a celebração de parcerias, como a organização ser dirigida por ocupantes de cargos na administração pública ou o dirigente da sociedade ter contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos ou ter sido considerado responsável por ato de improbidade.

Proposta reforça monitoramento e avaliação e prevê punições

A proposta reforça o monitoramento e a avaliação das parcerias, paralelamente à fiscalização pelos órgãos de controle, e trata da prestação de contas. Também tipifica alguns crimes e as penas. Dispensar chamamento público fora das possibilidades previstas na lei, por exemplo,

pode gerar detenção de seis meses a dois anos, e multa.

O gestor público que admitir ou possibilitar o favorecimento do parceiro privado ou liberar recursos em desacordo com a legislação fica sujeito à mesma pena. A punição pode recair sobre o parceiro privado que contribuir para a ilegalidade.

Rollemberg acatou emendas sobre pagamentos excepcionais

Rollemberg manteve as modificações aprovadas nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde também foi o relator. Na CCJ, o senador acatou parte das emendas, entre elas a que explicita que não poderão ser custeadas com recursos públicos auditorias independentes contratadas pelas ONGs.

Também acatou emendas que preveem a possibilidade

excepcional de pagamentos em espécie de serviços necessários ao adimplemento da parceria, devidamente justificados. O somatório dos valores não poderá superar 10% do valor total da parceria, com restrição de R\$ 800 por beneficiário, e deverá constar do plano de trabalho aprovado pelo órgão antes da celebração da parceria. O projeto ainda deve ser aprovado em turno suplementar.

Coletivos são nova forma de pensar o país, dizem debatedores

Nos últimos dez anos, a juventude pobre da periferia das grandes cidades e do interior do país, organizada em redes e coletivos, criou novos espaços de participação popular e divulgação da cultura para a transformação da sociedade. Movimento autossustentado, baseado na economia solidária e no uso comunitário das tecnologias, que cresceu e ganhou força como alternativa à falta de políticas públicas.

É uma nova forma de pensar o país. Essa é a opinião unânime dos participantes da audiência realizada em conjunto ontem pelas Comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos (CDH) para discutir o papel do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja nos cenários cultural e jornalístico.

Movimentos como o coletivo Fora do Eixo e a Mídia Ninja ganharam mais visibilidade a partir das manifestações



Ao lado de Pablo Capilé, Randolfe (E) coordena audiência pública sobre o papel do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja

populares nas ruas durante o mês de junho. Para Ivana Pontes, professora-adjunta da pós-graduação em Comunicação da UFRJ, os protestos foram a resposta da sociedade à crise de representação na política e à necessidade de participação nas decisões sobre os rumos do país. Parte da explosão dessa consciência social, segundo

a professora, foi “gestada em laboratórios de experiências radicais” como o Fora do Eixo.

Pablo Capilé, idealizador do coletivo, explicou o trabalho dos chamados pontos de cultura com produtores e artistas brasileiros, fora do eixo Rio-São Paulo. Ele detalhou a organização dos festivais e a estrutura envolvida: estúdio de gravação;

selo para a distribuição; divulgação pela internet com veículos de comunicação próprios, como rádio e TV; e criação de uma moeda complementar (*cubo card*), usada nas transações dentro do grupo que, além de música, atualmente também promove produções audiovisuais e teatro.

O movimento cresceu tanto

que precisou de espaços coletivos permanentes: as casas Fora do Eixo. Em seguida, viriam até uma universidade e um partido (da cultura) próprios.

— A nossa experiência nada mais é do que um serviço de utilidade pública, que veio construindo soluções autônomas para os problemas desses precários [jovens pobres] — afirmou Capilé.

Os participantes da audiência pediram políticas públicas eficazes. Foram apontados projetos como o do Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011) e o que torna lei o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (PLC 90/2013). Durante a audiência pública, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que solicitou o debate, informou aos participantes que pedirá para ser designado como relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Dirigir alcoolizado e outras infrações graves de trânsito tiveram aumentado em 10 vezes o valor das multas correspondentes, que pode ainda duplicar em caso de reincidência no período de um ano



Além da multa aumentada, motorista que dirigir com a carteira cassada terá suspenso o direito de conduzir por até dois anos

Aprovado aumento de penas para motoristas infratores

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que prevê a ampliação de punições para motoristas que dirigirem embriagados e também para outras infrações graves de trânsito previstas na Lei 12.760/2013, conhecida como nova Lei Seca. O texto recebeu decisão final e poderá seguir para a Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O Projeto de Lei (PLS) 684/2011, de Benedito de Lira (PP-AL), multiplica por até

dez o valor de multas fixadas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e estabelece que, em caso de reincidência da mesma infração no período de um ano, essas multas já elevadas deverão ser aplicadas em dobro.

Além de sentir o peso da infração no bolso, o motorista flagrado disputando racha ou participando de competição não autorizada vai amargar, por exemplo, a suspensão do direito de dirigir por um ano. O substitutivo elaborado pelo relator, Magno Malta (PR-ES),

também determina a suspensão cautelar do direito de dirigir por até dois anos para quem conduzir sem habilitação ou com a carteira cassada.

No substitutivo, o senador amplia de dois para três anos o prazo para o infrator com a habilitação cassada requerer o direito de voltar a dirigir. Mas abre a possibilidade de o motorista punido com a suspensão cautelar da carteira recorrer da decisão. Esse período de suspensão cautelar deverá ser descontado do prazo de cassação da habilitação.

Limite de velocidade para motocicletas será de 110 km/h

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que prevê a instalação obrigatória de limitador de velocidade para motocicletas e motonetas, independentemente da cilindrada, para que não ultrapassem os 110 km/h. A matéria segue direto para a Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário.

Pedro Taques (PDT-MT) demonstrou contrariedade ao projeto por não acreditar que limitar a velocidade desses veículos altere de alguma forma o número de acidentes com motos. O Brasil é o segundo no ranking mundial de mortes em acidentes com motocicletas, registrou.

O texto aprovado é substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 96/2007, que tramitava em conjunto com os PLSs 97/2007 e 645/2007 — todos de autoria do senador licenciado e atual ministro da Pesca, Marcelo Crivella — e fruto da unificação do relatório de Eduardo Lopes (PRB-RJ) com o voto em sepa-

rado de Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

O PLS 96/2007 previa a obrigatoriedade da utilização de colete inflável de proteção, rejeitada por ser muito onerosa ao motociclista, apesar de inicialmente acatada pelo relator. Para Rodrigues, é inviável obrigar motociclistas a comprarem um item que não é fabricado no Brasil e que custa cerca de R\$ 1.300, preço de algumas motos mais baratas. O PLS 97/2007 determina a limitação da velocidade.

Já o PLS 645/2007, também rejeitado, prevê a alteração da concentração de álcool no sangue admitida para o condutor do veículo automotor. Por ser um substitutivo, o projeto precisa passar por um turno suplementar de votação, o que significa que está aberto para emendas até a próxima reunião. Se até lá não forem apresentadas novas sugestões ou não houver recurso para análise em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara com a redação definida ontem.

Convidados defendem fortalecimento do papel dos municípios na defesa civil

A Comissão Especial de Segurança Pública debateu ontem a situação do sistema de defesa civil no país. Os convidados destacaram a necessidade de destinar mais recursos aos municípios e de facilitar o acesso a verbas de prevenção e recuperação de desastres.

Segundo o secretário de Defesa Civil de Santa Catarina, Milton Hobus, a maioria dos municípios não tem capacidade de responder aos pequenos desastres que acontecem todos os dias. Ele cobrou a definição de regras mais simples e claras para liberação de recursos, independentemente de critérios políticos. A representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Jamille Lavallo, disse que, em 2012, apenas 13,6% dos R\$ 3,47 bilhões dos recursos federais destinados à prevenção de desastres teriam sido efetivamente investidos.

Pedro Taques (PDT-MT), relator da comissão, ponderou que a desburocratização da liberação de

recursos demanda mais rigor na fiscalização. Para o coordenador de Defesa Civil do Ceará, coronel José Helcio de Queiroz, a falta de uma rubrica orçamentária específica para a aplicação de recursos de defesa civil gera insegurança para os gestores públicos. Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou projeto de autoria dele (PLS 388/2008) que cria a Contribuição Social para a Defesa Civil, visando financiar um fundo para a área. O vice-presidente da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, coronel Marcos de Oliveira, pediu a aprovação de legislação específica para os bombeiros, em estudo na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O diretor do Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil, Armin Braun, informou que está sendo feito um mapeamento das áreas de risco no país, para facilitar a prevenção de tragédias.



Incêndio ocorrido em janeiro matou 242 pessoas, a maioria formada por estudantes universitários

Boate Kiss: comissão vai a Santa Maria acompanhar atuação do poder público

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará uma diligência para avaliar a atuação dos poderes públicos em Santa Maria (RS) em relação à tragédia na boate Kiss, a respeito de providências que podem ser tomadas pelo Senado em favor das famílias das vítimas e na prevenção de novos acidentes da mesma natureza. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem.

A visita foi sugerida pela Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria durante audiência pública realizada segunda-feira no Senado. O incêndio aconteceu em 27 de janeiro, causado por sinalizador usado pela banda que se apresentava naquela noite. Morreram 242 pessoas e 116 ficaram feridas.

— Vamos visitar as autoridades locais, corpo de bombeiros, Judiciário e delegados que estão a frente do processo, para dialogar sobre esse tema

que machucou a todos — justificou Paulo Paim (PT-RS), autor da sugestão.

Também foi aprovada proposta de João Capiberibe (PSB-AP) para que a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça ouça os membros da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. O objetivo é apurar casos de violações de direitos humanos contra jornalistas durante a ditadura militar. A subcomissão também deverá debater a descoberta de ossadas humanas no Forte do Presépio, em Belém, que podem ser de ex-guerrilheiros do Araguaia.

Por iniciativa de Ana Rita (PT-ES), a ministra Maria do Rosário (Direitos Humanos) debaterá na comissão a Convenção da Haia.

Serão ainda debatidos pelo colegiado temas como o agronegócio dos pequenos agricultores e dos trabalhadores rurais e os desafios de integração da pessoa com deficiência.



Comissão Especial de Segurança Pública debate a situação do sistema de defesa civil no país

PEC dos Recursos está pronta para votação

Proposta que obriga o réu a cumprir a sentença criminal depois da segunda decisão condenatória, existindo ou não recursos a serem julgados, foi aprovada em comissão e já pode ir a Plenário

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça aprovou ontem substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à chamada PEC dos Recursos, a Proposta de Emenda à Constituição 15/2011, que limita o uso de recursos judiciais como estratégia de protelação dos processos. Pelo texto do relator, os órgãos colegiados da Justiça e os tribunais do júri poderão expedir de imediato o mandado de prisão assim que as decisões condenatórias em ações penais forem proferidas, independentemente de recursos que ainda possam ser apresentados.

— É bom que se ressalte que permanecem em vigor as regras relativas ao habeas corpus, que é o remédio para coibir qualquer tipo de decisão arbitrária ou ofensiva à liberdade — observou Aloysio Nunes.

Extinção

O autor da proposta, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), elaborou o texto inicial a partir de sugestão do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, visando exclusivamente às ações nos tribunais superiores, com a sugestão para que fossem extintos os recursos extraordinário, no Supremo Tribunal Federal (STF), e especial, no Superior Tribunal de Justiça. Os dois seriam substituídos por ações rescisórias após o efetivo início do cumprimento das sentenças. Aloysio Nunes destacou que



Texto inicial foi elaborado por sugestão de Cezar Peluso, ex-presidente do STF

o objetivo do autor coincide com o interesse da maioria das pessoas de obter da Justiça uma decisão célere, de acordo com o princípio constitucional da razoável duração do processo.

Na primeira mudança do texto inicial, ficou decidido que seriam mantidos os dois recursos, mas antecipando o início do cumprimento, em todos tipos de ações, para o momento em que a segunda instância jurisdicional proferisse sentença.

Já o segundo substitutivo passou a restringir o cumprimento antecipado da sentença apenas para as ações penais, uma opção negociada com Ferraço. Aloysio Nunes explicou que, durante as audiências, surgiram objeções, sobretudo de advogados que atuam no campo cível. Segundo eles, decisões precipitadas

em casos que envolvem interesses patrimoniais poderiam provocar danos materiais irreversíveis, sem possibilidade de recomposição após a reversão da sentença.

— Vamos nesse momento concentrar nossas atenções na Justiça criminal, onde a delonga das decisões torna mais gritante a sensação de impunidade em relação aos delitos cometidos no país — justificou.

Diversos senadores apoiaram o projeto, entre eles Pedro Taques (PDT-MT), argumentando que, no Brasil, o direito ao “duplo grau de jurisdição” é desvirtuado de tal forma que o excesso de recursos leva os processos a serem julgados em até cinco jurisdições, resultando em impunidade.

A PEC 15/2011 seguirá agora para o Plenário, para discussão e votação em dois turnos.

Voto direto para administrador regional do DF vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta de emenda constitucional que substitui a indicação política pelo voto direto da população para a escolha de administrador e vice-administrador regional do Distrito Federal. Os ocupantes desses cargos são responsáveis pela gestão das chamadas cidades-satélites de Brasília.

De Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a PEC 29/2011 foi relatada por Gim (PTB-DF). O texto seguirá para discussão e votação em Plenário, em dois turnos.

— Esse é um passo importante na ampliação da democracia participativa no Distrito Federal — comemorou Rollemberg.

A idade mínima exigida para os candidatos será 21 anos, a mesma já fixada para deputados estaduais, distritais e federais; prefeito e vice-prefeito; e juiz de paz. A exemplo dos chefes do Poder Executivo, o administrador regional do DF poderá concorrer à reeleição e, se tiver a intenção de disputar outro cargo eletivo, deverá renunciar ao mandato até seis meses antes da eleição.

Ambos deverão ser eleitos junto com o governador, o vice-governador e os deputados distritais para um mandato de quatro anos. A PEC 29/2011 também delega a lei de iniciativa do governador do DF o disciplinamento sobre a criação, extinção, fusão e desmembramento das respectivas regiões administrativas.

A remuneração do administrador e do vice-administrador



Para Rollemberg, projeto vai aumentar a eficiência na gestão

regional deverá ser definida por lei de iniciativa da Câmara Legislativa, limitada a 75% dos vencimentos dos deputados distritais.

Ao justificar a proposta, Rollemberg argumentou que a substituição de administradores nomeados pelo governador por candidatos eleitos pela população deverá imprimir “eficiência e efetividade” aos atos de gestão.

“Esse modelo (indicação política) desserve aos interesses do Distrito Federal, por carecerem tais agentes públicos do comprometimento indispensável com a comunidade”, afirma o autor da PEC 29/2011.

Relator da matéria, Gim recomendou a aprovação por concordar que a mudança irá atribuir legitimidade democrática às funções de administradores regionais do Distrito Federal, cortando definitivamente o vezo político, por vezes político-eleitoral, das indicações para essas relevantes funções.

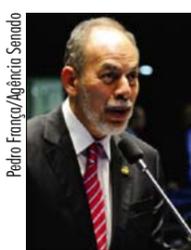
A PEC 29/2011 agora vai para votação no Plenário.

Caso Dirceu: Alvaro Dias pede investigação

Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, investigação para identificar os “proprietários ocultos” do Saint Peter Hotel, em Brasília, que contratou o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, condenado a prisão em regime semiaberto por envolvimento no mensalão. O *Jornal Nacional*, da Rede Globo, revelou anteontem que entre os proprietários da empresa que administra o hotel haveria um “laranja”.

— O *Jornal Nacional* fez uma denúncia da maior gravidade, desenhando os caminhos da ilegalidade que levam esse empreendimento hoteleiro a uma arapuca no Panamá — disse o líder tucano, acrescentando que, com o apoio de especialistas nesse tipo de investigação, o ministro não terá dificuldades para chegar aos reais proprietários do hotel.

Inácio manifesta apoio a José Genoíno



Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou apoio ao deputado federal José Genoíno, do PT de São Paulo, que renunciou ao mandato parlamentar anteontem. Destacando o importante papel de Genoíno na fundação do Partido dos Trabalhadores e na luta pela redemocratização do país, o senador atribuiu a condenação do político ao “atrevimento” dele de ter contribuído para colocar no poder um operário compromissado com as causas da população mais pobre.

— Quero fazer esse registro porque o nosso companheiro José Genoíno, penso que numa atitude também de coragem, renunciou para fortalecer, digamos assim, a instituição do Congresso Nacional. Ele não quis trazer para o âmbito do Congresso Nacional a sua dor — afirmou Inácio.

Reforma eleitoral não traz censura, diz Cássio



Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) esclareceu que não pretendia censurar internautas ao apresentar emenda à minirreforma eleitoral. Explicou que a intenção de evitar que candidatos contratem empresas para atacar adversários foi vista como censura.

— Seria inadmissível imaginar que o Congresso aprovasse, com o consentimento de todos os partidos, qualquer mordada, qualquer censura e qualquer limite ao direito constitucional da livre manifestação do povo — afirmou.

Ele disse que a minirreforma tem dispositivos que garantem a livre expressão de opinião e a liberdade plena de falar e de agir. Ele observou que a redação pode ser melhorada e lembrou que o texto ainda passará pela Presidência da República, e também terá que ser regulamentado.

Amorim: Déda abriu caminhos na política



O governador de Sergipe, Marcelo Déda, que faleceu na segunda-feira, foi homenageado por Eduardo Amorim (PSC-SE).

O senador lembrou que Déda se referia a si próprio como “um descortinador do cenário político para as novas gerações”. Segundo Amorim, realmente Déda abriu caminhos na política em Sergipe, onde até então se via uma repetição de políticos tradicionais.

— Sobre tudo foi ele um batalhador, herói da luta pela democracia — disse.

Amorim informou ainda que em conversa com a presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, deputada Angélica Guimarães, sugeriu a apresentação de projeto propondo que o Hospital do Câncer de Sergipe passe a se chamar Hospital Oncológico Governador Marcelo Déda Chagas.

Após audiência com representantes de comunidades, comissão aprovou o encaminhamento de documentos críticos ao novo Código de Mineração a autoridades do Poder Executivo

Atingidos por mineração rejeitam projeto de código

A SITUAÇÃO VIVIDA por comunidades atingidas pela extração mineral no país foi tema de audiência pública ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Requerida por João Capiberibe (PSB-AP), a audiência contou com a presença de representantes dessas comunidades, contrários ao substitutivo do projeto do novo Código de Mineração. As propostas que tratam do tema tramitam na Câmara (Projetos de Lei 5.807/2013 e 37/2011 e outros).

Os convidados da audiência pública comemoraram a notícia de que a proposta não será mais examinada este ano. Assim, eles ganham tempo para tentar mudar o texto do projeto, que, segundo as



Valadares (3º à esq.) preside a audiência sobre os impactos da mineração

comunidades envolvidas e o próprio senador Capiberibe, não trata dos impactos socioambientais da atividade mineradora.

— Queremos uma legislação que contemple a todos. É claro que não vamos impedir a atividade econômica. Mas o que é inaceitável é que, em

nome do desenvolvimento, se desrespeitem direitos legítimos dessas comunidades — afirmou Capiberibe.

No início, foi exibido o documentário *Enquanto o Trem Não Passa*, produzido pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e pela Mídia Ninja.

Pesquisador aponta alto consumo de água

Segundo Carlos Bittencourt, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a mineração causa vários impactos ambientais e sociais, além de exigir um alto consumo de água e energia elétrica. Segundo o pesquisador, a mineradora Albras, em Barcarena (PA), tem 1,5% do consumo de eletricidade do Brasil para a extração de bauxita. Ele disse que a necessidade de construir mais hidrelétricas para a população é um mito.

— Só a indústria de mineração consumiu 38 milhões de toneladas equivalentes de petróleo em energia. Se juntar todas as residências, elas consumiram 23,7 milhões — comparou.

Em relação à água, Bittencourt informou que a mineração consumiu mais de 520 bilhões de litros em 2012. Em regiões semiáridas do país, o uso da água para a atividade econômica concorre com o uso para consumo humano.

O coordenador do Comitê

Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Adair Almeida, afirmou que a mineração deveria ser proibida em todo o semiárido brasileiro. Ele citou a situação da região de Salinas (MG), em processo de desertificação.

— O Antônio Ermírio de Moraes chegou dizendo que o nosso minério é de baixo teor e, por isso, tem que usar mais água. Numa região semiárida, onde as comunidades estão sendo atendidas por caminhões-pipa — afirmou.

Representantes denunciam grilagem de terras por mineradoras

Adair Almeida também acusou o ex-governador de Minas Gerais Newton Cardoso de ter sido conivente com a grilagem de terras no estado. O geraizeiro, como é chamado quem mora às margens do Rio São Francisco no norte de Minas, disse que as famílias são ameaçadas. Ele relatou que perdeu o pai e a mãe, mortos pelo câncer provocado pelo agrotóxico usado na cultura de eucalipto.

— O Newton Cardoso fez uma enorme grilagem de terra, fazendo documentos esquentados em cartório e violando o direito do povo

geraizeiro. Terras que foram arrendadas pelo estado de Minas, na década de 70, pelas empresas, por 25 anos. Venceu [o prazo] e elas não devolveram as terras — relatou.

Etevaldo da Cruz Arantes, do Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM), relatou que uma empresa canadense invadiu todos os terrenos em Serra Pelada (PA) com escolta armada e com o apoio da polícia.

— Temos uma senhora de 73 anos que já foi presa três vezes por resistir e não quer sair do local da sua moradia — contou.

Proposta retira controle público sobre atividade, dizem convidados

Segundo os convidados da audiência, o projeto original do novo Código de Mineração, enviado pelo governo federal, já era ruim e ficou pior no substitutivo do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). Conforme o documentário apresentado na audiência, o deputado teve a campanha eleitoral financiada pelas empresas mineradoras e, por isso, estaria beneficiando as companhias no projeto.

— O deputado fez o favor de retirar o controle público sobre a atividade mineral — disse Bittencourt.

Segundo o pesquisador, a proposta do governo previa licitação para as empresas concorrerem ao processo de

lavra e pesquisa. No entanto, como observou, o substitutivo do deputado deixa a situação atual inalterada, ou seja, mantém o regime de autorização e prioridade.

A permissão para que os títulos minerários sejam onerados em penhora e transformados em ativos financeiros para a bolsa de valores é outro ponto criticado da proposta em análise na Câmara.

As comunidades afetadas pela atividade mineradora também são contra um artigo da proposta que submete à anuência prévia da Agência Nacional de Mineração a demarcação de unidade de conservação ambiental e de territórios indígenas e de remanescentes de quilombos.

Ruben Figueiró cobra solução para conflitos por terras indígenas

Ruben Figueiró (PSDB-MS) apoiou entidades de Mato Grosso do Sul que farão manifestação pública e venda de produtos no dia 7 de dezembro para arrecadar dinheiro a fim de divulgar, nos meios de comunicação, informações sobre a omissão do governo nos conflitos de terras entre agricultores e indígenas.

Ele reclamou que várias autoridades do governo foram consultadas para solucionar o problema, só que nada saiu do papel. Por isso, o senador acredita que a última saída é procurar a própria presidente da República, Dilma Rousseff, e entregar a ela a reivindicação dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul.



Pedro Franco/Agência Senado

Vanessa Graziotin pede atenção para unidades de conservação

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que as políticas voltadas para as unidades de conservação ambiental não estão sendo executadas por falta de pessoal, de recursos e de estrutura. Segundo a senadora, relatório do Tribunal de Contas da União revela que apenas 4% das 247 unidades de conservação da Amazônia implementaram as diretrizes.

De acordo com o TCU, a fiscalização, proteção ambiental e pesquisa estão prejudicadas. Também tem havido problemas de articulação e comunicação entre os responsáveis pelas unidades de conservação, colocando em risco o patrimônio público ambiental.



Pedro Franco/Agência Senado

Mozarildo reclama de descaso com crise de energia em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou o descaso do governo federal com os problemas energéticos em Roraima. Ele lembrou que o estado tem um potencial hidrelétrico ainda não explorado e disse que falta vontade política do governo, o responsável pelos transtornos que a população enfrenta.

— Atualmente, a energia em Roraima é fornecida pela Venezuela, que atravessa uma crise energética, causando constantes apagões no estado — disse o senador, que responsabilizou também o governo estadual pela crise, dizendo que este “não luta para encontrar uma saída segura, firme e permanente” para o problema.



José Cruz/Agência Senado

Couto afirma que governo está levando o país à recessão

Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem a política econômica, que, segundo ele, está levando o país à recessão. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o produto interno bruto (PIB), disse o senador, desmentiram o discurso otimista da presidente Dilma Rousseff. Ele acrescentou que a incerteza sobre a economia se reflete na descrença dos investidores e criticou também a impunidade. Para ele, os condenados no processo do mensalão passarão menos de um mês em regime fechado.

— A sensação que temos é a de um país largado, de um país cheio de corrupção, onde tentam encobrir os fatos reais da economia — lamentou.



Pedro Franco/Agência Senado

Senador avisa que vai pedir novamente a criação da CPI do futebol

Mário Couto (PSDB-PA) informou que ele e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) estão colhendo assinaturas para rerepresentar o pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Federações, para investigar as federações de futebol. De acordo com a assessoria dele, o documento já tem 12 assinaturas, das 27 exigidas.

A criação da CPI tem sido defendida há meses por Mário Couto para apurar denúncias de abuso de poder econômico nas eleições de dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e das federações estaduais. Ele ainda pediu a Zeze Perrella (PDT-MG) que não trabalhe contra a CPI. Perrella admitiu que se opôs ao primeiro requerimento de Couto, mas negou ingerência sobre as decisões dos demais senadores.

Aprovados em Plenário nomes para Anatel e Aneel

Após sabatina na Comissão de Infraestrutura pela manhã, os senadores confirmaram à tarde, em Plenário, os nomes de João Batista de Rezende, Igor Vilas Boas de Freitas e Reive Barros dos Santos

O SENADO APROVOU ontem três indicações para integrantes de agências reguladoras. A recondução de João Batista de Rezende foi confirmada para o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), mesma entidade para a qual foi aprovado Igor Vilas Boas de Freitas. Já Reive Barros dos Santos teve o nome confirmado para ser diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) registrou seu voto contrário à indicação de Rezende para a Anatel alegando que, no Amapá e outros estados da Amazônia, os serviços de telefonia não funcionam.

Randolfe já havia levantado os problemas na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realizada pela manhã, em que houve a sabatina dos indicados. Para ele, as empresas têm se valido do “filé mignon”, que são regiões mais prósperas, e não investem na região.

— A telefonia brasileira é uma das mais caras do mundo. Com a privatização, coube às agências reguladoras defender



Entre Rezende e Freitas, Fernando Collor, presidente da CI, conduz sabatinas

os interesses da sociedade. Até quando vamos conviver com este cenário e quando haverá a redução real das tarifas?

Rezende admitiu a deficiência e afirmou que Eletrobras e Eletronorte estão se esforçando para a implantação de fibra óptica de longa distância. Além disso, a Anatel tem multado a empresa que deixar uma localidade com mais de 300 habitantes sem telefone fixo.

— A Anatel sempre faz os leilões do tipo filé com osso. Vendemos 4G nas grandes cidades, mas obrigamos a empresa a levar telefonia na zona rural. A Anatel tem meios

para exigir a execução das garantias, caso as empresas não cumpram o cronograma de expansão — disse.

Em defesa das indicações, Vital do Rêgo (PMDB-PB) apontou avanços alcançados pela Anatel nos últimos anos e registrou que os nomes haviam sido aprovados por unanimidade pela CI.

A recondução de Haman Tabosa de Moraes e Córdova ao cargo de defensor público-geral da União foi novamente adiada. Parlamentares argumentaram que o baixo quórum poderia dificultar a aprovação, que exigia maioria absoluta.

Os indicados

Reive Barros dos Santos

Indicado para a diretoria da Aneel, é natural de Recife, 62 anos, engenheiro eletricista graduado pela Escola Politécnica de Pernambuco em 1974. Tem mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atua na área acadêmica e é funcionário de carreira da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), cargo do qual terá que se desincompatibilizar ao assumir a diretoria.

Igor Vilas Boas de Freitas

Indicado para a diretoria da Anatel, o brasiliense, 41 anos, graduou-se em Engenharia Elétrica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1994. Especializou-se em Administração de Negócios em Telecomunicações, em Direito Legislativo e é mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Atuou no setor privado e ocupa, desde 2004, o cargo de consultor legislativo para as áreas de comunicações e informática do Senado.

João Batista de Rezende

Indicado para a diretoria da Anatel, nasceu no Paraná, em 1963. É economista formado na Universidade Estadual de Londrina e mestre em Economia pela PUC-SP. Atuou no Dieese, no ramo de consultoria, foi secretário de Fazenda de Londrina e chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, de 2006 a 2009.

Burocracia e dificuldade de acesso são gargalos em portos

A dificuldade de acesso terrestre aos portos brasileiros é um dos maiores gargalos do setor, opinou o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Pedro Brito, em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

— Temos que trocar o modal rodoviário que atende 80% dos portos — lamentou.

Para o diretor da Antaq, a nova Lei dos Portos (12.815/2013) foi fundamental para o desenvolvimento do setor, com a permissão para que portos privados movimentem qualquer tipo de carga.

— Desde o novo marco, já recebemos 130 propostas de novos terminais privados. Podemos dobrar a quantidade, já que hoje são 129 — informou.

A burocracia é outro entrave. A economista da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) Priscila Santiago alertou que um navio de cabotagem precisa de 42 documentos diferentes para navegar com mercadorias.

— Uma embarcação de 5 mil toneladas tira 140 carretas das

estradas. Representa menor custo por tonelada transportada, menor preço de seguro e é menos poluente — disse.

O diretor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Ricardo Portella, disse que o Brasil investe em infraestrutura apenas 2,1% do produto interno bruto (PIB), “índice que deveria ser de ao menos 5%”. Para Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), “deixar um navio esperando 30 dias num porto é brincadeira”. Já José Pimentel (PT-CE) listou avanços no setor de infraestrutura, como a Lei 12.815/2013, as concessões recentes de rodovias e de aeroportos e a legislação pela redução do preço da energia elétrica.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), disse que, quando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado, o país ainda não estava preparado:

— Não havia projetos, não havia mão de obra. Em nenhum momento faltou um centavo. O que está havendo são entraves burocráticos há anos implantados — opinou.

Números do setor portuário

Percentual de cargas transportadas nos portos brasileiros

Granéis sólidos	61%
Granéis líquidos	24%
Contêineres	10%
Carga geral solta	5%

O Brasil tem 34 portos públicos marítimos e 129 terminais portuários privados

Percentual do PIB investido em infraestrutura entre 2000 e 2010

Brasil	2,1%
Chile	6,2%
China	7,3%

No ranking de competitividade dos portos, estamos no 135º lugar entre 144 países. O porto de Santos está na 43ª posição no ranking de movimentação de contêineres.

Comparativo

Um navio de cabotagem transporta 5 mil toneladas de carga. Para transportar o mesmo volume, seriam necessários 72 vagões de trem ou 143 carretas

Carreta	143
Vagão de trem	72
Navio de cabotagem	1

Casildo lamenta resultado do PIB

Os principais indicadores econômicos do terceiro trimestre acenderam o sinal amarelo no país. O alerta é de Casildo Maldaner (PMDB-SC), que lamentou ontem o recuo de 0,5% do PIB e a queda de 1,4% da atividade industrial em relação ao trimestre anterior.

Ele afirmou que, de positivo, restou a taxa de desemprego, que é a menor da história: pouco mais de 5%. Para o senador, é preciso melhorar a infraestrutura e fazer a reforma tributária.

— Com menos impostos, o setor produtivo pode investir, contratar e produzir mais. O consumidor tem sua capacidade aquisitiva ampliada e, com a roda girando, vamos arrecadar mais, nascendo um desejado círculo virtuoso — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Gurgacz: reajuste de diesel atinge alimentos

Acir Gurgacz (PDT-RO) classificou ontem como equivocada a política de preços de combustíveis que, para ele, causará o aumento da inflação em 2014.

Ao comentar o reajuste dos produtos anunciado semana passada, ele ressaltou o aumento de 8% do óleo diesel e previu grande impacto nos preços dos alimentos. O senador acrescentou o fato de que o diesel mais caro encarece a produção de etanol e prejudica as regiões que dependem de usinas termelétricas.

— Esse aumento do diesel acabará sendo repassado para o consumidor final através do aumento de preços de forma generalizada. Entendo que nós poderíamos aumentar mais a gasolina e menos o óleo diesel — concluiu.



Pedro França/Agência Senado

Souza critica preço de pedágios no Paraná

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou na terça-feira que o estado do Paraná “tem um dos pedágios mais caros do mundo”, o que pode aumentar o chamado custo Brasil.

— Não sou contra o pedágio. Sou contra o pedágio absurdo, abusivo, como é em muitas regiões, a exemplo do estado do Paraná — afirmou.

Segundo ele, são 34 praças de pedágio, com preço médio de R\$ 10 e distância média de 50 quilômetros.

— É o pedágio instalado na década de 90, que teremos, por pelo menos mais dez anos, de suportar — lamentou.

O senador elogiou o novo modelo de concessão implantado pela presidente da República, Dilma Rousseff. Ele salientou que os novos contratos têm dispositivos que impedem preços abusivos e garantem investimentos, por parte das empresas vencedoras dos leilões, para a melhoria das estradas.

Comissão terá Fórum de Infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promoverá, em março de 2014, a primeira edição do Fórum Brasileiro de Infraestrutura ao Desenvolvimento Nacional. Segundo o presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), o evento foi idealizado a partir dos ciclos de debates realizados no biênio 2009–2010 e no ano de 2013.

O fórum deverá acontecer anualmente, em dois dias de debates e seminários relacionados a uma pauta elaborada por especialistas e parlamentares. Collor pediu a colaboração dos demais integrantes da comissão para a formatação e a programação definitivas do evento.

— O fórum pretende reforçar o suporte ao planejamento das ações governamentais. Será possível associar a temática de cada ano à conjuntura nacional, especialmente às prioridades do desenvolvimento do país — afirmou.

Jorge Viana teme conflito com refugiados haitianos no Acre

Senadores estiveram esta semana no estado e consideraram a situação grave, pois municípios não têm estrutura para abrigar imigrantes

O SENADOR JORGE Viana (PT-AC), que esteve esta semana no Acre juntamente com Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e outros senadores para acompanhar o caso dos refugiados haitianos, disse que nos municípios de Brasileia e Epitaciolândia a situação é “de risco, delicada e difícil. E se não fosse o empenho do governo do estado e do governo federal, seria ainda mais grave”. Desde 2010, cerca de 13 mil haitianos refugiados já chegaram à fronteira do Acre com a Bolívia. Segundo Viana, há hoje cerca de mil pessoas abrigadas num acampamento em condições precárias.

— Só este ano já passaram mais de 9 mil haitianos e pessoas de outras nacionalidades, como senegaleses, por Brasileia. Em certos períodos, mais de 10% da população são imigrantes sem documentos



Ricardo Ferraço (2º à esq.) e Jorge Viana (D) visitam acampamento onde estão mais de mil refugiados em Brasileia

querendo entrar no Brasil. É uma situação provisória que está se tornando permanente e sobrecarregando a estrutura dos municípios, o que pode vir a gerar conflitos com a população — afirmou.

Os senadores se reuniram com representantes de oito ministérios para buscar uma solução. Uma das maiores preocupações é que a vinda dos imigrantes é mediada por redes de tráfico de pessoas.

— É uma rota em que há exploração, os coiotes. É necessário que o governo brasileiro atue em conjunto com os países vizinhos para bloquear a ação dessas redes — disse Viana.

(Com Rádio Senado)

Senado autoriza o Acre a tomar empréstimo de US\$ 250 milhões

O Senado autorizou ontem o estado do Acre a assinar empréstimo de US\$ 250 milhões com o Banco Mundial (Bird). O empréstimo, com aval da União, havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi votado em regime de urgência pelo Plenário.

Conforme relatório de José Pimentel (PT-CE), os recursos não serão direcionados a um projeto de investimento específico, mas ao conjunto das políticas públicas do Acre. O Bird fará os desembolsos em até dois anos, não exigindo contrapartida financeira do estado.

Para Anibal Diniz (PT-AC), os bons resultados da administração do Acre qualificaram o estado a obter o empréstimo.

— A autorização é uma prova inequívoca de que o Acre tem cumprido sua tarefa no sentido de manter o

equilíbrio fiscal — afirmou o senador.

Jorge Viana (PT-AC) levou ao Plenário o agradecimento do governador do Acre, Tião Viana, e afirmou que os recursos servirão para ampliar a inclusão social e criar as condições para o fortalecimento da economia no estado.

Audiência

A CAE confirmou para terça-feira a realização de audiência pública solicitada por Kátia Abreu (PMDB-TO), para discutir os investimentos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins (Igeprev). A comissão rejeitou pedido de Gim (PTB-DF) para que a reunião fosse cancelada. Ainda na terça-feira, às 11h30, a CAE ouvirá o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre os fundamentos e a execução da política monetária.

Randolfe lembra os 113 anos do Laudo Suíço, marco do Amapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) lembrou que no sábado o Amapá comemorou o 113º aniversário do Laudo Suíço, o marco diplomático para a delimitação de dois terços do território, entre os Rios Oiapoque e Araguari. Segundo o senador, a história relata que esse acordo foi fruto exclusivo do trabalho diplomático do Barão do Rio Branco, mas não foi bem assim.

O senador contou que, cinco anos antes da Conferência Suíça, o Barão do Rio Branco enviou carta ao então ministro do Interior do governo Campos Salles na qual informava haver uma questão com a França que demandava uma atenção especial por parte da diplomacia brasileira: o país se considerava dono das terras.

Nos anos seguintes, o Barão do Rio Branco se dedicou a demonstrar que a ampla maioria das terras do Amapá estava em território brasileiro, esforço que resultou na consolidação

da terra como parte do Brasil, em 1º de dezembro de 1900.

No entanto, de acordo com Randolfe, os conflitos e lutas para que o Amapá fizesse parte do Brasil começaram muito antes.

— A consolidação desse território foi feita principalmente graças ao esforço e ao sangue derramado de brasileiros. Teve o sangue derramado de brasileiros que enfrentaram corsários franceses na cidade do Espírito Santo do Amapá — disse o senador.



Para Randolfe Rodrigues, conquista se deve à luta do povo amapaense

Collor teme fracasso nas negociações da Rodada Doha em Bali

A Organização Mundial do Comércio (OMC) corre o risco de deixar de ser foro de negociações para ser apenas um tribunal de disputas comerciais específicas, caso fracassem as negociações da reunião ministerial da entidade que está sendo realizada em Bali, na Indonésia. A avaliação é do presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor (PTB-AL). O senador disse que a Rodada Doha, lançada em 2001, encontra-se sob impasse e, se não for destravada em Bali, “será um fracasso da liberalização comercial e uma obsolescência da OMC”.

— Não se deve esperar mais do que um êxito parcial, quando muito — afirmou.

Na opinião do senador, apesar da positiva liderança do Itamaraty na delegação brasileira, a situação do Brasil é bastante frágil, pois o país deu prioridade às negociações da Rodada Doha desde 2003 e descuidou das negociações de acordos comerciais.

— Só a correção das políticas cambiais e fiscais e os investimentos em infraestrutura nos permitirão ultrapassar os tempos difíceis que se avizinham — advertiu.

A Rodada Doha é uma negociação para liberalizar o comércio entre os 159 países-membros da OMC.

Estradas

O presidente da CI lembrou também que, após o leilão da semana passada para a concessão da BR-163 — uma rodovia de 850 quilômetros, considerada fundamental para o escoamento da soja produzida no Centro-Oeste —, foram realizados na segunda-feira os leilões da BR-060 (DF), da BR-153 (GO) e da BR-262 (MG).

— No próximo dia 17, está previsto o leilão da BR-163. A rodada de concessões de rodovias este ano encerra-se no dia 27 deste mês, com o leilão para a concessão da BR-040, entre Brasília e Juiz de Fora (MG) — informou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Orçamento 2014 deve ser votado em 23 de dezembro

Presidente da CMO, Lobão Filho anunciou que já há um acordo entre deputados e senadores em torno do cronograma. Na semana que vem começam a ser analisados os dez relatórios setoriais

O CONGRESSO VOTARÁ o Orçamento para o ano que vem no dia 23 de dezembro, segundo o calendário estabelecido pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Ele disse que o relatório final da Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLN 9/2013) será examinado na CMO nos dias 21 e 22 de dezembro, durante o fim de semana anterior ao Natal.

De acordo com Lobão Filho, já há um acordo entre deputados e senadores em torno do cronograma:

— Todos os parlamentares, independentemente de partido, perceberam a importância e a responsabilidade em votar o Orçamento. Se não votarmos, o país paga o preço em 2014. E quando eu digo o país, são todos os brasileiros.

Relatórios setoriais

Na próxima segunda-feira deve começar a análise dos dez relatórios setoriais do Orçamento. Os relatores contarão com R\$ 4,26 bilhões para o atendimento às emendas dos



Anibal Diniz e Lobão Filho (C) em reunião da Comissão Mista de Orçamento

parlamentares, das bancadas dos estados e das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

Na semana que vem, há mais oito reuniões marcadas de terça a quinta-feira. Os relatórios dividem as programações de despesa previstas no Orçamento da União em diferentes áreas temáticas, como infraestrutura e saúde.

Agilidade

Os dez relatores terão uma semana para analisar 8.388 emendas à previsão de despesa do Executivo, num total de R\$ 82,8 bilhões. Desse total, R\$ 63,6 bilhões são

para ações de investimento e R\$ 17,28 bilhões para custeio da máquina pública.

Inicialmente, a votação desses relatórios estava prevista para a quarta-feira da semana que vem. A comissão tenta agilizar a votação dos relatórios para viabilizar a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda este ano.

Ontem, a comissão aprovou o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, com diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas à proposta orçamentária.

(Com informações da Agência Câmara)

Adiada análise de PEC sobre derrubada automática de vetos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação de proposta de emenda à Constituição que sugere a derrubada automática dos vetos presidenciais se eles não forem examinados dentro do prazo de até noventa dias. A PEC 16/2013, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), saiu de pauta depois de apelo de Pedro Simon (PMDB-RS) por mais tempo para o aprofundamento do exame da matéria.

— Esse é um dos temas que mais nos desmoralizarão perante a opinião pública — argumentou Simon.

Para o autor da PEC, a avaliação dos vetos é aspecto “significativo” do sistema constitucional no que diz respeito ao equilíbrio entre os Poderes, o sistema de “freio e contrapesos” que classificou como um dos pilares da democracia representativa.

Havia também para exame, como opção ao texto original, o substitutivo sugerido pelo relator da PEC, Armando Monteiro (PTB-PE). Sua proposta mantém o prazo atual de 30 dias para exame dos vetos. Porém, ele alterou a duração do sobrestamento imposto à votação das demais propostas. Atualmente, as deliberações ficam interrompidas até a votação final

do veto. Monteiro optou por limitar esse sobrestamento aos primeiros 60 dias.

Pedro Taques (PDT-MT) disse considerar a matéria inconstitucional. De acordo com ele, os constituintes já indicaram o trancamento de pauta como “remédio” para prevenir a demora no exame dos vetos. A seu ver, não cabe a aprovação por decurso de prazo. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-MG) disse que não enxerga problema de constitucionalidade, mas também considerou importante refletir sobre o tema.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), os vetos devem ser debatidos e votados, sem decurso de prazo, para que o equilíbrio entre os Poderes seja preservado.

Registro civil

Simon conseguiu também mais tempo para exame de projeto de sua autoria que altera a Lei 9.454/1997, que institui o número único de Registro Civil. O PLS 120/2007 propõe regras para disciplinar a combinação de dígitos numéricos e alfabéticos no registro de cada cidadão e sugere alteração nos prazos de validade das atuais carteiras de identidade. O voto do relator, Anibal Diniz (PT-AC), era pela rejeição.

Bancada gaúcha pede votação sobre correção de dívidas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a bancada do Rio Grande do Sul, que solicitou a colocação na pauta de votação, ainda neste ano legislativo, do projeto que muda o índice de correção das dívidas de estados, Distrito Federal e municípios junto à União. Pelo PLC 99/2013 — Complementar, as dívidas passam a ser corrigidas pela taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 9,5% ao ano, ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano, o que for menor. Desde 1997, no caso dos estados, e desde 2001, para os municípios, a correção mensal é feita pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

A bancada gaúcha comunicou a Renan o acordo feito entre os senadores para manter o texto aprovado na Câmara dos Deputados, evitando que o projeto tenha que voltar àquela Casa. Pelo acordo, o projeto será votado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima semana, possibilitando a votação da matéria ainda neste ano no Plenário do Senado, antes do recesso parlamentar.

A alteração no indexador, de IGP-DI mais 6% ao ano para IPCA mais 4% ou Selic, vai abrir espaço fiscal para que muitos estados acertem as dívidas com a União. No caso do Rio Grande do Sul, mais de R\$ 1 bilhão por ano da dívida seria agregado ao estoque da dívida de

R\$ 42 bilhões com o governo federal.

Créditos

De acordo com texto do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, a dívida total dos governos estaduais, sem contar as estatais, somava quase R\$ 453,5 bilhões em dezembro de 2011. Quando descontados os créditos que os estados têm a receber, a dívida líquida cai para R\$ 404,6 bilhões, sendo a União credora de 90% desse montante. Os demais 10% representavam dívidas bancárias e dívidas externas.

Em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) registrou a reunião da bancada de seu estado com Renan Calheiros.

— O que os deputados federais e senadores pedem é isso,



Paim quer aprovação da proposta neste ano e promulgação em janeiro

que a proposta possa ser votada nem que seja no último dia do ano. Não haverá nenhum impacto este ano porque a promulgação só se dará durante o mês de janeiro — disse.

Participaram da reunião, segundo Paim, representantes do governo; o vice-governador gaúcho, Beto Grill; o relator

do projeto, Luiz Henrique (PMDB-SC); o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE); deputados federais e estaduais; representantes das secretarias de Fazenda de Alagoas e do Rio Grande do Sul; e Pedro Simon (PMDB-RS), Armando Monteiro (PTB-PE) e Ana Amélia (PP-RS).

Comissões farão reunião para debater novos indexadores

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizarão, na quarta-feira, reunião conjunta para analisar a proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados, que possibilita a redução dos

encargos pagos por estados e municípios sobre suas dívidas com a União. Requerimentos nesse sentido foram aprovados pelos dois colegiados.

Um dos autores do requerimento da reunião, Luiz Henrique (PMDB-SC)

anunciou, ontem, na CCJ, entendimento com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para a inclusão da proposta na ordem do dia do Plenário logo no reinício das atividades legislativas, em fevereiro do próximo ano.

Também subscritor do

requerimento, Francisco Dornelles (PP-RJ) lamentou o adiamento do projeto para o ano que vem. Na opinião do parlamentar, não são compreensíveis as alegações do governo federal para não aprovar o texto no corrente exercício.



Luiz Henrique também pediu a realização da discussão conjunta



Ministro Marco Aurélio foi contrário à resolução administrativa do TSE, que acabou revogada por decisão do Congresso

Mantida distribuição de deputados por estado

Decreto legislativo promulgado ontem sustou decisão do Tribunal Superior Eleitoral que havia redistribuído vagas na Câmara de acordo com o Censo de 2010. Composição atual fica inalterada

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, promulgou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/2013, que susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para redefinir a distribuição das cadeiras de deputado federal entre as unidades da Federação.

Em abril deste ano, o TSE — com os votos contrários dos ministros Marco Aurélio e Cármen Lúcia — acolheu pedido de revisão da atual distribuição, tomando por base os números do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com as mudanças determinadas pelo TSE, o estado do Pará ganharia quatro cadeiras na Câmara dos Deputados;

Ceará, Santa Catarina e Amazonas ficariam, cada qual, com um deputado federal a mais; e a bancada federal de Minas Gerais passaria a ter mais dois parlamentares.

Por outro lado, as bancadas de Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul perderiam um representante cada, enquanto Paraíba e Piauí teriam uma redução de duas cadeiras.

O decreto legislativo resultou de projeto apresentado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) que suspende os efeitos da decisão do TSE — adotada a pedido da Assembleia Legislativa do Amazonas — sob o argumento de que a Constituição confere expressamente ao Congresso Nacional

a competência de alterar a divisão das vagas de deputado.

Na justificativa do projeto, o senador afirma que “a Constituição federal comete ao Congresso Nacional propor, mediante lei complementar, alterações nessa composição, importando a decisão do TSE em invasão de competência fixada ao Poder Legislativo, incorrendo, portanto, em evidente desobediência à Carta política”.

Ao comunicar ao Plenário do Senado a promulgação do PDS 85/2013, na sessão de ontem, Renan ressaltou que o Parlamento estava assim reparando um “erro” do TSE.

O projeto havia sido aprovado na semana passada pela Câmara, após receber aprovação dos senadores.

Decisão sobre homofobia como crime sai na quarta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para quarta-feira a votação em Plenário do requerimento do senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) para que a proposta que criminaliza a discriminação de homossexuais (PLC 122/2006) seja apensada ao projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012). Caso o Plenário aprove o apensamento, o projeto passará a tramitar na Comissão Especial que trata da reforma do Código Penal.

Eduardo Lopes recorreu ao presidente do Senado em razão de a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Ana Rita (PT-ES), não ter encaminhado o PLC 122/2006 à Mesa para ser votado, apesar de o requerimento ter sido apresentado.

Em apoio a Eduardo Lopes, o senador Magno Malta (PR-ES) disse que a criminalização da homofobia depende da tipificação desse crime no

Código Penal, o que justifica o apensamento do projeto ao PLS 236/2012.

Ana Rita respondeu argumentando que estava amparada no artigo 89 do Regimento Interno do Senado Federal, que define as atribuições dos presidentes de comissão, e lembrou caso semelhante ocorrido com outro projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmando que havia precedente para sua decisão.

— Enquanto ele [o PLC

122/2006] não for votado pela Comissão de Direitos Humanos, eu não vou encaminhá-lo para a Mesa — disse.

O presidente do Senado, no entanto, explicou que o artigo 89 do Regimento Interno não trata desse caso e que o ocorrido na CAE não poderia abrir precedente, pois a decisão foi tomada em Plenário, em acordo com os líderes.

— O regimento não autoriza que presidente de comissão paralise os trabalhos do Parlamento ou evite que um

requerimento seja apreciado — disse Renan.

Reunião

A CDH também tem reunião na quarta-feira e poderá colocar o projeto em votação. O relator e autor do substitutivo em exame na comissão, Paulo Paim (PT-RS), informou que foi procurado por outros parlamentares para adiar mais uma vez a votação e explicou que não era ele que estava recuando da deliberação do projeto.

— Não teve um líder que defendesse que a matéria fosse votada, nem do PT. Isso tem que ficar muito claro — afirmou.

Segundo Paim, líderes do governo e do PT marcaram para hoje reunião com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para debater o texto. Wellington Dias (PT-PI) avalia que um entendimento está próximo.



Projeto sobre homofobia pode ser apensado à reforma do Código Penal

Senado aprova criação de cargos de procurador da República

O Senado aprovou ontem projeto que cria cargos para o Ministério Público Federal (MPF). Até 2020, serão criados 660 cargos efetivos de procurador da República, elevando para 1.484 o número de integrantes da carreira. O texto, aprovado em regime de urgência, segue para a sanção presidencial.

O relator do projeto (PLC 102/2013), senador Eduardo Braga (PMDB-AM), manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Está prevista, ainda para este ano, a criação de 15 cargos efetivos de procurador regional da República e 12 cargos efetivos de subprocurador-geral da República, além

de 90 cargos em comissão.

Na justificativa que acompanhou o projeto, o então chefe do Ministério Público Federal, Roberto Gurgel, destacou a importância da medida para aperfeiçoar a atuação judicial e extrajudicial da instituição.

Antes, na mesma sessão, foi aprovado projeto que cria 198 procuradorias da República em municípios. O PLC 100/2013 foi enviado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) com o objetivo de fazer com que o Ministério Público acompanhe a expansão do número de varas federais na Justiça. O projeto também seguiu para sanção presidencial.

TRT da Bahia tem funções comissionadas regularizadas

O Senado aprovou ontem o PLC 84/2013, encaminhado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para regularizar a criação de 255 funções comissionadas pelo TRT da 5ª Região, com sede em Salvador. Como não houve modificações, o texto segue

para a sanção presidencial.

O relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), ressaltou que o texto apenas estabelece uma adequação legal, conforme recomendação do TCU, sem haver, contudo, alteração na quantidade de funções do tribunal.

Composição dos conselhos de Contabilidade é alterada

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que muda as normas para as composições dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade. A matéria segue para sanção presidencial. Os conselhos serão compostos por

contadores e por, no mínimo, um representante dos técnicos em contabilidade, que será escolhido nas eleições para a renovação de dois terços dos plenários. As novas regras devem ser implantadas a partir das próximas eleições.

Projeto Quintas Femininas debate violência masculina

A palestra desta semana no Projeto Quintas Femininas será de Marcos Nascimento, especialista em saúde coletiva que acompanhou o dia a dia de 250 homens em intervalos dos jogos de futebol para analisar a agressividade masculina.

De acordo com o pesquisador, o problema da sexualidade, agressividade e amorosidade ainda é assunto pouco trabalhado dentro de casa.

O evento acontece na semana da campanha Laço Branco: homens pelo fim da violência.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

► **Tempo real:** <http://bit.ly/LaçoBranco>

► **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

► **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)

► **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)

► **TV:** www.senado.leg.br/TV

► **Alô Senado:** 0800 612211

► **Mais informações:** (61) 3303-1713
procuradoria.mulher@senado.gov.br